

AMAZÔNIA: PROCESSOS DE VALORAÇÃO E REGISTROS SIMBÓLICOS

José dos Reis SANTOS FILHO¹

- RESUMO: O artigo procura entender as diferentes formas de tratamento dado à Amazônia. Através da noção de "processo de valoração" introduz uma discussão sobre "significado", sua relação com o "imaginário" e, deste, com o "simbólico". Conclui com a necessidade de interpretar as imagens relativas à Amazônia no quadro de um universo simbólico.
- UNITERMOS: Amazônia; imaginário; universo simbólico; violência.

A literatura sobre a Amazônia introduz diferentes formas de encará-la. "Inferno verde", "frágil ecossistema", "paraíso dos aventureiros", "terra dos minerais", "pulmão do mundo" são, todas, expressões a ela relativas. Elas, e muitas outras, possuem uma ambigüidade que fascina o pesquisador: não deixam de expressar a realidade, sem, contudo, desvelá-la verdadeiramente.

Falamos "verdadeiramente", neste sentido durkheiminiano, onde a exigência da verdade é satisfeita pela objetividade a que a impessoalidade é capaz de chegar. São expressões que não satisfazem as condições mínimas de comunicação intersubjetiva no campo da ciência. Talvez seja por isso que aquela dupla dimensão da ambigüidade que provoca o fascínio seja, para o cientista, um problema. Entre outras coisas, causa suspeita o fato de as imagens dependerem de quem olha a região, do lugar de onde olha e o que nela "quer" ver...

De qualquer forma, no entanto, no contato com elas, Durkheim ainda nos permitiria alguma segurança. Através dele poderíamos concluir que qualquer daquelas imagens pode ser classificada como representação. Por desejo de fidelidade, impõe-se dizer que não são "categorias coletivas", "conceitos", elementos através dos quais ele lidaria com idéias, tais como, tempo, espaço, causalidade etc... Enquanto imagem, ainda que não satisfaça o pesquisador, cada uma delas está, todavia, incorporada à linguagem que descreve a região. Ademais, porque produto de um intercâmbio

1. Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

humano, já indicam "garantias de objetividade". Finalmente, um aspecto de relevância: se elas estivessem "em desacordo com a natureza das coisas", não teriam podido "adquirir" um império extenso e prolongado sobre os espíritos" (1960). E isso, como veremos, certamente aconteceu.

O fascínio, dadas suas características, nos leva a propor questões que se inscrevem em um campo de preocupações que pode ser caracterizado, ainda, como nitidamente durkheimiano. Como conceber que aquelas imagens, que aquelas representações sociais estejam de acordo com a "natureza das coisas"? Como explicar, no caso específico da Amazônia, as características dessa relação entre imagem e realidade?

Em busca de resultados que nos aproximem de respostas, começemos por olhar a Amazônia como paisagem. Ou melhor: olhar a região como lugar onde o viajante é capaz de se deliciar quase que indefinidamente com o belo. É possível, é claro. Mas, no Brasil dos anos 90, nossa ingenuidade já não é a mesma. Permanecem em nossa lembrança os conflitos sociais que permeiam aquele espaço. Está em nossa memória, também, o movimento das tropas do Exército no início da década de 70, na região do Araguaia. O acontecimento não permite que esqueçamos as lições de Lacoste, para quem a observação das paisagens serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. Assim é que, por incrível que nos possa parecer, as paisagens que atraem mais interesse militar para elaboração de táticas e estratégias são, também, em grande medida, aquelas que, "sem saber muito o porquê, nós consideramos 'belas'".

Na verdade, em se tratando da região em questão, é de se supor que o "belo" já esteja associado à guerra desde que as primeiras embarcações européias ali chegaram. O "belo", no caso, uma área onde a fatura era uma constante, torna-se objeto de conquista. Conquista que, é óbvio, implicava a identificação de inimigos.

Remontar à conquista significa lembrar movimentos de expansão realizados por empreendimentos que buscavam consolidação em um "país de tão fabulosas riquezas". Tratava-se de um movimento onde os meios eram fornecidos por particulares e a proteção pelas coroas. Eram iniciativas tomadas não só pelos países pactuados na divisão do mundo em dois hemisférios, mas também por aqueles que haviam sido excluídos da partilha.

Lidamos com um espaço que estava longe de poder ser configurado como vazio. Já ali estavam, na expressão de Adélia Engrácia de Oliveira, os "reais descobridores" da Amazônia. Ainda que, em 1541, o primeiro contato entre europeus e índios pareça ter sido bastante amistoso, ele foi precedido de um fato com forte conteúdo simbólico: ao avistarem os espanhóis, os índios fugiram, "deixando toda comida existente, a qual foi devorada pelos viajantes esfomeados".

O ato de "devorar", a forma como se deu a satisfação da fome do viajante, é simbolicamente significativo na medida em que a expansão européia negará a existência de processos civilizatórios anteriores aos seus. Negará através de atos de violência que mutilam o índio, antes de mais nada, ao construir sua representação como não-humano. Não é estranho, portanto, que os europeus tratem o espaço

resultante de sua ação como alvo de novas formas de sociabilidade onde estarão implícitas a dominação do índio e de seu hábitat.

Seguindo contribuições de Robert Moraes & Messias da Costa, talvez pudesse ser dito que a apropriação de recursos disponíveis na região, a construção de novas formas de relação com esses bens, a tentativa de perenizar a presença recém-estabelecida, as modificações quer do substrato natural, quer das obras encontradas, tudo isso não parece ser outra coisa senão a criação de novos valores nos espaços-alvo das investidas dos europeus.

Estamos falando de um certo tipo de "guerra", de "conquista". Os autores partem do suposto segundo o qual as sociedades humanas, "para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com o seu espaço". O trabalho ocuparia aqui um papel de "mediador universal dessa relação". Fora isso, sendo o trabalho a "fonte do valor", essa relação seria "fundamentalmente um processo de valorização"²(Moraes). Em outras palavras: aqui, criação de valor é "apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses constructos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas".

Trata-se de uma leitura suficientemente conhecida sobre produção do espaço. Com trânsito certo entre nós, ela introduz uma noção de valor. Independentemente de qualquer análise crítica sobre ela, para nossos propósitos, essa noção é insuficiente. É claro que através do trabalho produzem-se e reproduzem-se as condições de vida. Mas queremos introduzir que essas condições de vida produzidas e reproduzidas no espaço não podem ser entendidas unicamente como condições "materiais" de vida. E isso significa dizer que não há trabalho que não se realize em uma situação social determinada. E que, seguindo Weber (1964), uma situação social é aquela em que as pessoas orientam suas ações umas para as outras.

É o que permite dizer que dessa mútua orientação resulta uma trama de significados. Ou, o que está na base: qualquer atividade social é produtora de significação, o que deve ser entendido aqui como produção de sinais. É uma forma concreta de expressão subjetiva, mas que não pode ser dissociada de um processo histórico e, muito menos, da situação social onde se manifesta. Enquanto tal, é objetivamente acessível. E tem como meio de acesso mais importante a linguagem. Através dela constroem-se referências de significação. São construídos verdadeiros campos semânticos, onde "a experiência, tanto biográfica como histórica, pode ser objetivada, conservada e acumulada"(Berger et al., 1983). Através deles manifestam-se sentidos, significados, interpretações, expectativas, projeções. Através deles qualquer atividade humana pode ser entendida como *processo de valorização*. Ou seja, como atividade que recebe e confere significados. É o que dá nova dimensão à importância atribuída por Durkheim – e já mencionada antes, à linguagem. É onde a interface

2. Os grifos são do autor.

Weber-Durkheim pode ser estimulante. É quando, finalmente, realizamos uma primeira aproximação na direção do entendimento das imagens construídas em torno da Amazônia.

É certo que o espaço então descoberto será olhado através da qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis. Trabalho e condições naturais farão parte de um processo que, "comandado" de fora para dentro da região, será qualificado pelos próprios agentes responsáveis pela expansão. A atividade do índio e do escravo dará, indubitavelmente, uma outra perspectiva no que se refere ao olhar que valora. Produto de uma iniciativa cujo sentido é a expansão, o espaço conquistado recebe significados, cujo lugar de origem não pode ser univocamente determinado.

De acordo com Engrácia de Oliveira, no final do século XVI e início do XVII, a Amazônia era uma terra de conflitos, disputada que foi aos espanhóis e portugueses por empresários mercantilistas da Inglaterra, Irlanda, Holanda e França. Empresários cujas atividades eram a coleta, a exploração madeireira, a pesca, o plantio do tabaco e a cana-de-açúcar. Fabricaram açúcar e rum. Comerciam com algumas tribos e trouxeram os escravos para o trabalho da lavoura.

Ainda, segundo a mesma autora, o começo do século XVII assiste à ocupação da Amazônia como um ato essencialmente político, sob a regência de Portugal. Teria sido uma ocupação com três fases inter-relacionadas: 1) a de defesa e posse do território; 2) o trabalho religioso, ocupado com o descimento, a catequese e a "civilização" dos índios, realizado por missionários.

A questão indígena não pode ser bagatelizada. Ela é objeto de atenção dos olhares dos que fazem a guerra, dos que cuidam da economia e daqueles que pastoreiam as almas. Conforme Oliveira, enquanto combatiam e afastavam os ingleses, irlandeses e holandeses, os que ali chegavam, vindos do nordeste brasileiro e de Portugal, notaram que, apesar de estarem vencendo os seus competidores, as terras não estavam livres para a exploração econômica desejada. Havia um impedimento: os índios. Sua hostilidade à caminhada dos portugueses e brasileiros mobilizou os missionários, encarregados, agora, de "descê-los" de suas aldeias. Eram, então, dirigidos para povoações religiosas, deixando, assim, as terras livres para a coleta das drogas do sertão.

Qualquer neutralidade que se pretenda na descrição não existia, certamente, na cabeça dos europeus que aqui chegaram, o que nos obriga a retomar o tema das significações atribuídas à realidade do novo espaço de expansão européia. E, aqui, convém observar que Laura de Mello e Souza já deixou clara a presença de todo um universo imaginário europeu acoplado ao descobrimento das novas terras. "Os olhos europeus procuravam a confirmação do que já sabiam, relutantes ante o reconhecimento do outro... Apesar de específico-colonial, o novo mundo deveria muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu"(1939).

Trazer o imaginário europeu para a análise parece ter grande importância. Ele nos leva à existência de registros classificatórios operando no momento mesmo das

práticas dos homens. A expansão mercantilista, fenômeno de natureza econômica e política, não pode ser dissociada dos elementos presentes na mentalidade de seus protagonistas. Não é por outra razão que a autora pode falar na "expansão comercial" como "substrato infra-estrutura" de "projeções oníricas". Isso obriga reconhecer que não só o novo continente torna-se integrado às relações sociais de produção hegemônicas na metrópole, mas também é englobado no imaginário do colonizador. "Prolongamento modificado do imaginário europeu, o Brasil passava também a ser prolongamento da metrópole, conforme avançava o processo colonizatório."

O espaço-alvo da expansão é percebido através de representações sobre a natureza e sobre os homens que ela integra. No tocante ao primeiro elemento, "a idéia de prolongamento da Europa – e portanto lugar de concretização dos mitos de um Paraíso Terrestre – tendem a triunfar; quase sempre, edenizou-se a natureza. Mas no que diz respeito à humanidade diversa, pintada de negro pelo escravo africano e de amarelo pelo indígena, venceu a diferença: infernalizou-se o mundo dos homens em proporções jamais sonhadas" (Souza, 1939, p. 58). Movimento concomitante à edeniização da natureza e ao repúdio dos homens, apresentavam-se para os colonizadores as tarefas de produzir riquezas materiais e "resgatar as almas para o patrimônio divino".

Nesse processo, a percepção construída sobre o índio variava na persistência em atribuir-lhe uma outra humanidade. Pecado, violência, falta de higiene e indolência são atributos dos selvagens. São características que os situam em determinado lugar na hierarquia construída pela representação existente na, e sobre a, sociedade cristã. Mais grave, no entanto, o fato de que "paulatinamente, a idéia de humanidade inviável, de início atribuída ao índio, impregnava toda a população da colônia, associando-se à própria condição colonial. A mestiçagem seria um dos responsáveis por esse contágio" (Souza, 1939). As atitudes e medidas exercidas pelos responsáveis pela colonização, seja no âmbito governamental, seja na esfera da Igreja, são informadas por essas concepções. Reproduzem e produzem percepções e representações sobre a "nova" realidade.

Talvez seja importante, aqui, uma breve digressão. De maneira implícita, o que está sendo descrito aqui são formas claras de práticas de violência. Em primeiro lugar, os mecanismos de produção e reprodução da violência são mecanismos de produção e reprodução da heteronomia da vontade do indivíduo. Aparecem como poder ou poderes de uma vontade exterior, como práticas ou mesmo como normas formais ou consuetudinárias que, por impessoais ou abstratas que sejam, adquirem força "material", coercitiva e constrangedora. Por outro lado, a condição de eficácia da violência está ligada à sua capacidade em minar a individualidade e a identidade (individual e social).

É um processo que atinge dimensões psicológicas, morais e físicas, constitutivas do *eu*. Depois, desde o ponto de vista do sujeito que a pratica, a violência se refere ao estabelecimento de uma certa ordem social. É uma forma especial de lidar com a

questão da anomia e, como tal, incide sempre na relação entre os indivíduos e como força coatora de controle social.

Finalmente, longe de ser produzida e reproduzida apenas através do desprendimento de força e instrumentos físicos, sua eficácia se realiza, também, através da construção e manipulação de representações (Santos Filho, 1988, p. 65-81). É onde a atribuição de "outra humanidade", incidindo sobre a autonomia do indivíduo ou do grupo, quebrando a individualidade e a identidade, perseguindo uma nova ordem social, manifesta elementos de violência simbólica. Por parte do agente que a manipula, trata-se de um poder que "chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força" (Bourdieu, 1982).

Retomando nosso eixo, convém dizer que uma pesquisa de maior envergadura precisaria dar conta das possíveis relações entre as classificações procedentes do imaginário europeu vigente no século XVI e as representações hoje existentes sobre a região e seus habitantes. Não é o caso, aqui. Bem mais modesto, o caminho adotado até agora não tem como finalidade senão avançar algumas hipóteses sobre a adequação entre o olhar e a realidade do espaço valorizado. São hipóteses que permitem ler a bibliografia buscando respostas para perguntas que remetem às bases de instituição da região. Bases que repõem, por sua vez, os próprios modos de enxergar nosso objeto. Outras observações preliminares são necessárias.

A primeira remete ao quadro de referências trazidas através das contribuições de Laura de Mello e Souza. É certo que a autora, ao trabalhar com a noção de imaginário, contribui efetivamente para indicar as relações entre as mentalidades e os empreendimentos implementados pelos colonizadores. É certo também, no entanto, que deixa para seus leitores a urgência de pistas sobre a natureza do imaginário. É nesse sentido que poderia ser registrado um vazio no tratamento teórico que fundamentaria seu empreendimento.

Não pensamos que nos confrontamos com uma carência individual. Não parece ser muito o que já foi acumulado sobre o tema. Sabemos que a imagem é "revelação de uma outra coisa que ela mesma". "*Ela significa, ela antecipa*", ela "*se inscreve em um sistema de remetimentos*". Sabemos também – e aqui começam nossas dificuldades –, que a imaginação, por sua natureza, "escapa por princípio a toda definição rigorosa". E que, por paradoxal que possa parecer, "a imaginação excede em toda sua força o real e remete ao imaginário". Sabemos, finalmente, que o imaginário "aparece como uma condição intransponível da vida em sociedade". Mas ainda não sabemos ao certo como defini-lo. Assim é que a mesma autora que nos disse o que vimos citando neste parágrafo nos leva ao anticlímax, dizendo que o imaginário é "todo um mundo de crenças, de idéias, de mitos, de ideologias, no qual se banha cada indivíduo e cada civilização" (Védrine, 1990). Ou seja, não bastassem as dificuldades conceituais que encontramos em cada termo utilizado para apreendê-la, a definição de imaginário os compreende a todos. O imaginário é tudo e nada ao mesmo tempo.

A segunda observação releva essa dificuldade e busca caminhar na direção de um tratamento indicativo para o problema. Busca, ao mesmo tempo, dar um outro salto no tratamento de nossa questão. Com esses objetivos, nos serviremos de Castoriadis. É elucidativa sua observação sobre o uso corrente da expressão. Falamos do imaginário quando remetemos a alguma coisa inventada. Não importa se se trata de uma invenção em termos absolutos ou de um deslocamento de sentidos. “Nos dois casos, é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar... ou que não pretende fazê-lo...” (1982).

No que diz respeito às nossas questões, talvez pudéssemos arriscar uma hipótese. Acreditamos que cada uma das expressões listadas no primeiro parágrafo deste exercício remetam para uma substituição da realidade da Amazônia. E é possível que o façam de uma forma bastante particular. Como o admite Castoriadis, o “algo inventado” não é, entretanto, surgido do nada: “o imaginário deve utilizar o simbólico não somente para “exprimir-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa mais”.³

A radicalidade da importância do simbólico é manifesta por Castoriadis quando afirma que “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não se esgota nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica” (1982).

Para nossos objetivos, não parece necessário acompanhar Castoriadis em toda sua discussão.⁴ Importa, além do que já foi dito, reter duas de suas conclusões: a) o simbólico supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um “representa” o outro; b) o simbólico comporta, quase sempre, um componente “racional-real”: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar e o agir. E, no que nos concerne mais de perto: “encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem” (1982, p. 142).

São conclusões de importância. Mas precisam ser situadas em um certo quadro, para que possamos entendê-las em sua eficácia no desenvolvimento de nossas hipóteses. Desenhar esse quadro implica começar por um pressuposto: a realidade social se apresenta ao conhecimento como um mundo pré-organizado, como uma “ordem de coisas e eventos”. Implica reconhecer também, como o quer Shutz, que essa ordem “se revela apenas em imagens por meio de apreensão analógica”. Implica, finalmente, admitir que esse desvelamento só é possível através da existência de referências de apresentação desta ordem: os símbolos.

3. Mas também, de acordo com Castoriadis, inversamente o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. São sinais do que o autor chama de “profundas e obscuras relações entre o simbólico e o imaginário”.

4. Em particular, naquilo que se refere ao “imaginário último ou radical”.

Desenhar esse quadro implica, ademais, sedimentar este dado que vem aparecendo de maneira recorrente: a linguagem. Cada uma das expressões lembradas é apropriada das diversas descrições possíveis sobre a região. Todas elas aparecem como produtos de um intercâmbio humano. São significativas, possuem sentidos perceptíveis. Têm, por outra parte, um conteúdo simbólico. Reúnem essas características no corpo da linguagem. São objetivações em torno de uma região e, através da linguagem, aparecem na ordem em que adquirem sentido e na qual a região ganha significado em um determinado universo.

Voltar agora ao primeiro parágrafo deste texto obrigaria a dizer que cada uma das expressões utilizadas em relação à Amazônia funciona como referência simbólica, que situa a região em uma determinada ordem. E não é pouco relevante que apareçam como eventualmente contraditórias. Coexistem com base em desempenhos distintos. Ademais, a contraditoriedade, eventualmente existente entre cada uma delas, só pode ser explicada por meio da descoberta de suas origens. Origens que não desvelam outra coisa senão a instituição da própria região. Nossa hipótese é de que cada uma daquelas expressões nos mostra os modos e os olhares pelos quais a região foi objeto de construção. Na forma tal como se nos são apresentadas, não são um dado natural. Trata-se de algo instituído, constituído no bojo de práticas bem concretas.

Práticas concretas, racionalizáveis e já informadas por registros classificatórios. Registros presentes entre os colonizadores, como já foi dito, sob influência do imaginário europeu, mas materializados nas representações manifestadas na região, por seus habitantes, em sua atividade econômica, em suas manifestações culturais. São registros simbólicos que tipificam a região. Trata-se, por sua eficácia mesma, de uma tipificação partilhada. Mais que isso, uma tipificação que imporá padrões definidos de postura ante seu objeto, isto é, à própria região. E, assim sendo, as práticas ali desenvolvidas reproduzem o modelo paradigmático, através do qual a região foi inventada. Éden e Inferno ainda emprestam suas matrizes para consumo dos agentes que nomeiam a Amazônia.

Essas mesmas práticas, aqueles mesmos registros simbólicos, na medida em que produzem e reproduzem representações, transformam e mantêm a região como símbolo que desvela seu papel durante o processo em que se insere no mercado mundial e nacional. Papel e símbolo caminham juntos e têm como suposto um significado que atribui à região "riqueza" (abundância em recursos naturais), vazio (de recursos humanos e "civilização"), necessidade de ocupação (binômio "segurança" e "desenvolvimento"). Cada uma e todas as expressões utilizadas no primeiro parágrafo não indicam senão as formas simbólicas de expressão desse significado. Permitem, ademais, que verifiquemos como são trazidas para a linguagem sedimentações dessa mesma realidade. Sedimentações que nos são transmitidas como conhecimentos da/sobre a região.

Permanecendo em um certo nível de atrevimento permitido ao pesquisador, talvez pudéssemos dizer que, desde o momento em que foi incorporada à expansão mercantilista, a Região Norte é instituída como objeto de iniciativas, cujos sentidos

partem de um olhar que a percebe como espaço a ser (des)construído em nome de sua suposta "riqueza", por ser "vazia", por precisar ser preservada do inimigo interno ou externo. São significados que não reconhecem a ocupação já feita pelo índio ou pelo posseiro. O primeiro foi definido como não-humano. O segundo, como incapaz. São significados que encaram a fartura como licença para a predação e a segurança como conquista. O estigma da "região problema" que a acompanha esconde mais que as dificuldades reais enfrentadas por ela. O constatável é que a presença da região através de um papel e de um significado simbólico predominantes não impede nem impediu a existência de olhares que a definem de forma "herege". Até bem pouco tempo as práticas institucionalizadas, em seu papel reprodutor dos registros simbólicos hegemônicos, mostraram-se capazes de impedir a aparição da "heresia". Os últimos anos, no entanto, através de práticas instituintes de novos significados talvez estejam mostrando a possibilidade de novos papéis e símbolos para a Amazônia. Como exemplo mais conhecido, temos as "reservas extrativistas". E, mesmo, as lutas em favor das nações indígenas, contra a depredação e em torno de um novo sentido para a noção de segurança da região. Mas são fenômenos que dariam lugar a uma outra investigação que arriscasse novas hipóteses sobre as representações e a "natureza das coisas".

SANTOS FILHO, J. dos R. Amazônia: processes of valorization and symbolic registers. *Perspectivas*, São Paulo, v. 15, p. 57-66, 1992.

- **ABSTRACT:** *This paper tries to understand the different waip of treating Amazônia. By means of the notion of "process of valorizations", it introduces a discussion about the relation between the "significate" and the "imaginary" and between the "imaginary" and the "symbolic". It ends up with the need to interpret the images related to Amazônia against the background of a symbolic universe.*
- **KEYWORDS:** *Amazônia; imaginary; symbolic universe; violence.*

Referências bibliográficas

- BERGER, P., LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, s. ed., 1983.
- BOURDIEN, P., PASSERON, J. C. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DURKHEIM, E. *Les formes elementaires de la vie religieuse. Le Système Totémique en Australie*. Paris: PUF, 1960
- MORAES, A. C. R., da COSTA, M. W. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, s.d.

- SANTOS FILHO, J. R. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 11. p. 65-81. 1988.
- SOUZA, L. M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1939.
- VÉDRINE, H. *Les grandes conceptions de l'imaginaire*. De Platon à Sartre et Lacon. Paris: Librairie Generale Francaire, 1990.
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.